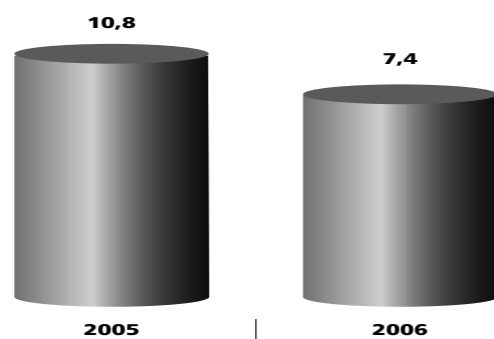






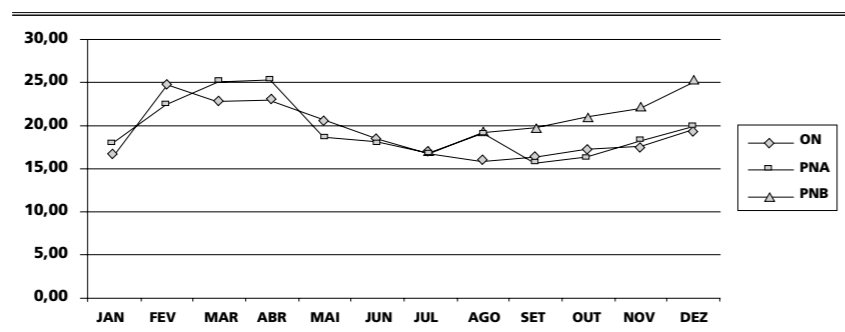
**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2006**

 Dívida Líquida  
 (Passivo Circulante + Não Circulante) (-) Ativo Circulante + Não Circulante (R\$ Bilhões)


2005      2006

10,8      7,4

DESEMPENHO DAS AÇÕES DA CESP EM 2006



MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ON	16,60	24,80	22,65	22,90	20,50	18,50	16,85	15,90	16,30	17,10	17,65	19,50
PNA	17,80	22,50	25,00	25,20	18,50	18,07	17,00	18,98	15,61	16,20	18,20	19,79
PNB	-	-	-	-	-	-	17,15	19,15	19,60	20,90	21,98	25,00

**X. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

As receitas operacionais totais atingiram em 2006 o montante de R\$ 2.398 milhões, com crescimento de 14% em relação a 2005, resultado obtido principalmente com o aumento nas receitas do segmento de fornecimento de energia a consumidores livres e no suprimento à agentes comercializadores (ambiente não regulado), e pela venda de energia de suprimento dos Contratos de Leilão (Nota 25.3).

O aumento no volume (MWh) de suprimento de energia às distribuidoras através de Leilões de Energia, embora tenha sido expressivo em quantidade (quase 13%), não propiciou, neste exercício, acréscimo significativo de valores.

O Custo do Serviço de energia elétrica apresentado na Demonstração do Resultado, que totalizou R\$ 1.247 milhões em 2006, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica (encargos setoriais), Custo com Operação e Despesas Operacionais, manteve-se em linha com o exercício anterior, com elevação em alguns itens regulados, tais como Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema de transmissão e Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, os quais têm suas tarifas determinadas pela ANEEL.

Em decorrência dos aspectos operacionais, a Companhia apresentou Resultado do Serviço da ordem de R\$ 813 milhões, 37% superior ao resultado de 2005.

A Geração Interna de Recursos medida pela LAJIDA/EBITDA (ajustada), conforme detalhado na Nota 30, teve crescimento de 11,3%, atingindo R\$ 1.371 milhões no exercício de 2006.

O resultado financeiro (negativo) decorre do endividamento da Companhia. A dívida em moeda estrangeira, que representa 53% da conta Empréstimos e Financiamentos da CESP, foi beneficiada pela valorização do real frente ao dólar norte-americano da ordem de 8,66%, proporcionando a reversão de R\$ 336 milhões em variações cambiais (positivas). Em contraposição, a apropriação de despesas de encargos sobre dívidas atingiu o total de R\$ 635 milhões (moeda nacional e estrangeira), além de despesas de variações monetárias nacionais, da ordem de R\$ 498 milhões (Nota 27).

Devido à liquidação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (parcelas de principal), e, face à opção da Companhia (regime de caixa) para fins de tributação das variações cambiais positivas (líquidas) realizadas, foi apurado em 2006, lucro fiscal tributável, com apropriação a resultado de despesa com imposto de renda e contribuição social, recolhidos com base na legislação (Nota 29).

Decorrente dos eventos comentados, e, após a apropriação de reversão de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (passivo) sobre variações cambiais realizadas, e devidos sobre o lucro fiscal tributável, a Companhia encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 118 milhões.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, nos exercícios de 2005 e 2006, prestou a esta Companhia exclusivamente serviços de auditoria independente.

A Administração

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Valores em milhares de reais)**

	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2006	2005	2006	2005
<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades	201.728	25.530	Forneceadores	63.992
Aplicações financeiras	126.844	22.295	Suprimentos de energia elétrica/encargos de uso da rede elétrica	50.486
Consumidores	76.535	65.692	Tributos e contribuições sociais	62.087
Revendedores	191.510	169.385	Tributos e contribuições sociais - REFIS	33.613
Valores a receber - Energia livre/RTE e CCEE	232.603	240.949	Encargos de dívidas	122.220
Valores a receber	38.800	22.899	Empréstimos e financiamentos	1.227.948
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.958)	(25.608)	Valores a pagar	32.012
Tributos e contribuições compensáveis	10.767	4.924	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	452.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.157	-	Entidade de previdência a empregados	37.123
Almoxarifado	13.435	15.517	Taxas regulamentares	75.568
Despesas pagas antecipadamente	93.280	22.456	Obrigações estimadas e folha de pagamento	17.503
Outros créditos	38.423	39.151	Provisão para contingências	21
	1.049.124	603.190	Outros	92.168
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				2.847.347
Valores a receber - Energia livre/RTE	13.294	99.701	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
Valores a receber	45.931	45.799	Empréstimos e financiamentos	3.826.714
Cauções e depósitos vinculados	135.060	94.852	Valores a pagar	176.561
Imposto de renda e contribuição social diferidos	686.570	776.420	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	1.163.617
Despesas pagas antecipadamente	164.469	-	Entidade de previdência a empregados	497.013
Outros créditos	3.211	20.249	Imposto de renda e contribuição social diferidos	542.980
	1.048.535	1.037.021	Tributos e contribuições sociais	341.814
Investimentos	126.624	134.020	Tributos e contribuições sociais - REFIS	173.189
Imobilizado	17.450.698	17.700.143	Taxas regulamentares	12.151
	17.577.322	17.834.163	Provisão para contingências	284.817
	18.676.014	18.871.184	Outras obrigações	15.481
	19.674.981	19.474.374	Outros	122.399
				7.156.736
				9.562.200
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
				19.674.981
				19.474.374

As notas explicativas anexas e informações suplementares são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005  
(Valores em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)**

	2006	2005
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Fornecimento de energia (Nota 25.3)	609.010	489.444
Suprimento de energia - Contratos (Nota 25.3)	529.152	957.055
Suprimento de energia de leilões (Nota 25.3)	1.130.515	430.258
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.3)	128.626	225.526
Outras receitas	833	696
	2.398.136	2.102.979
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>		
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(69.240)	(44.518)
ICMS s/fornecimento de energia	(90.070)	(75.002)
COFINS s/receitas operacionais	(172.418)	(147.486)
PIS s/receitas operacionais	(37.429)	(32.015)
COFINS/PIS - Lei nº 11.196/05	62.008	-
Ativo/passivo regulatório - COFINS/PIS	(30.650)	35.915
	(337.799)	(263.106)
	2.060.337	1.839.873
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		
<b>Custo com Energia Elétrica</b>		
Encargos de uso do sistema de transmissão (Nota 25.4)	(313.186)	(216.689)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(161.972)	(134.739)
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.4)	(2.367)	(59.939)
	(477.525)	(411.367)
<b>Custo com Operação</b>		
Pessoal e administradores	(43.933)	(38.490)
Entidade de previdência a empregados - contribuição ao plano	(6.552)	(6.663)
Material	(4.317)	(4.146)
Matéria-prima e insumos p/produção de energia elétrica - CCC	-	(13.467)
Serviços de terceiros	(18.402)	(14.764)
Depreciação	(475.317)	(473.266)
Outros	(3.496)	(4.372)
	(552.017)	(555.168)
	1.030.795	873.338
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		
<b>Despesas Operacionais (Nota 26)</b>		
Despesas gerais e administrativas	(139.212)	(119.801)
Outras despesas operacionais	(78.395)	(160.685)
	(217.607)	(280.486)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	813.188	592.852
<b>Entidade de Previdência a Empregados (Nota 19)</b>		
Juros e variações monetárias - contrato Fundação CESP	(107.131)	(127.514)
Superávit técnico atuarial - contrato Fundação CESP	109.838	97.568
	2.707	(29.946)
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS (Nota 27)</b>		
Receitas	145.288	120.283
Despesas	(635.322)	(687.689)
Encargos de dívidas	(237.348)	(164.638)
Outras	(498.100)	(635.819)
Variações monetárias líquidas	336.184	775.891
Variações cambiais líquidas	(1.034.586)	(712.255)
	(73.403)	(29.066)
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>	(70.028)	(63.729)
<b>DESPESAS NÃO OPERACIONAIS (Nota 28)</b>		
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		
Imposto de renda (Nota 29)	(143.431)	(92.795)
Contribuição social (Nota 29)	(97.061)	-
Contribuição social (Nota 29)	(36.624)	-
Imposto de renda diferido (Nota 9)	116.729	(75.710)
Contribuição social diferida (Nota 9)	42.022	(27.256)
	25.066	(102.966)
<b>TOTAL DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	(118.365)	(195.761)
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R\$	(0,36)	(1,83)

As notas explicativas anexas e informações suplementares são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005  
(Valores em milhares de reais)**

	2006	2005
<b>ORIGENS</b>		
<b>Das operações</b>		
Prejuízo do exercício	(118.365)	(195.761)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação	480.657	478.941
Juros, variações monetárias e cambiais de itens de longo prazo	304.983	(282.604)
Baixa de investimentos por alienação	7.396	-
Valor residual de ativo imobilizado baixado	2.369	6.140
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo - (realização)/apropriação	(158.751)	102.966
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo - realização	39.693	-
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP	(109.838)	(97.568)
Obrigações fiscais - COFINS	23.210	27.914
Provisão p/perda de ativos de longo prazo	16.818	122.559
Provisão p/contingências - não operacional	11.951	-
Taxas regulamentares - RGR	12.151	16.224
Outras	1.554	1.859
	513.828	180.670
<b>De terceiros</b>		
Subscrição e integralização de capital	3.200.000	120.000
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.402.565	2.893.288
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo	-	142.002
Transferência do ativo realizável a longo prazo para o circulante	150.575	180.870
	4.753.140	3.336.160
<b>Total das origens</b>	5.266.968	3.516.830
<b>APLICAÇÕES</b>		
Em investimentos	-	84.626
Em ativo imobilizado	235.135	240.089
Aumento do realizável a longo prazo	7.808	1.621
Cauções e depósitos vinculados	40.208	66.803
Pagamento antecipado de juros	164.469	-
Transferência de empréstimos de longo prazo para o passivo circulante	3.798.864	3.314.479
Transferência de outros exigíveis a longo prazo para o circulante	98.986	100.012
<b>Total das aplicações</b>	4.345.470	3.807.630
<b>REDUÇÃO(AUMENTO) DA INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL DE GIRO</b>	921.498	(290.800)
<b>DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
No início do exercício	603.190	857.358
No fim do exercício	1.049.124	603.190
Aumento (redução) do ativo circulante	445.934	(254.168)
<b>Passivo circulante</b>		
No início do exercício	2.847.347	2.810.715
No fim do exercício	2.371.783	2.847.347
Aumento (redução) do passivo circulante	(475.564)	36.632
<b>REDUÇÃO(AUMENTO) DA INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL DE GIRO</b>	921.498	(290.800)

As notas explicativas anexas e informações suplementares são parte integrante das demonstrações financeiras



→ continuação



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta  
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE  
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL				PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	REMUN. BENS. DIREITOS E IMOB. EM CURSO	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTOS	INCENTIVOS FISCAIS		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>2.655.433</b>	<b>10.373</b>	<b>4.972.047</b>	<b>458.502</b>	<b>101.197</b>	<b>(1.056.964)</b>	<b>7.140.588</b>
Aumento de capital	120.000	-	-	-	-	-	120.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(195.761)	(195.761)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>2.775.433</b>	<b>10.373</b>	<b>4.972.047</b>	<b>458.502</b>	<b>101.197</b>	<b>(1.252.725)</b>	<b>7.064.827</b>
Aumento de capital	3.200.000	-	-	-	-	-	3.200.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(118.365)	(118.365)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>5.975.433</b>	<b>10.373</b>	<b>4.972.047</b>	<b>458.502</b>	<b>101.197</b>	<b>(1.371.090)</b>	<b>10.146.462</b>

As notas explicativas anexas e informações suplementares são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL E PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
(Dados relacionados à potência e energia não foram auditados pelos auditores independentes)

**1.1. Contexto Operacional**

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, mantêm outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Em 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 das práticas diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa. Com a adesão ao novo nível, a administração da Companhia compromete-se a melhorar ainda mais a prestação de informações ao mercado.

Em agosto de 2006, a Companhia concluiu o processo de capitalização, que resultou no aporte de recursos para aumento do capital social em R\$ 3,2 bilhões, através de Oferta Pública Primária de Ações de R\$ 2,0 bilhões, com a criação da classe B das ações preferenciais nominativas e o aporte pelo acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, de R\$ 1,2 bilhões.

A CESP possui um parque gerador instalado de **7.456 MW** (Nota 13.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a 51% da potência instalada no Estado de São Paulo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguarí e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.000 GWh, ou seja, cerca de 9,5% da energia assegurada do país.

Da receita operacional da Companhia em 2006, 69% (66% em 2005) foram provenientes de suprimento de energia elétrica às Distribuidoras (contratos de compra de energia, agentes comercializadores e clientes contratados em leilões de energia) e 26% (24% em 2005) no segmento fornecimento de energia (consumidores livres), além de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 25.3).

**1.2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conjugadas com a legislação específica aplicável às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em conformidade com as instruções contidas no Ofício Circular nº 2.396/2006-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2006, Deliberações da CVM e Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, estão sendo apresentadas algumas informações requeridas ou adicionais em notas explicativas e quadros suplementares.

**1.3. Principais Práticas Contábeis**

**a. Aplicações Financeiras**  
As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**b. Consumidores e Revendedores**  
As contas a receber incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

**c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**  
Constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores e outros créditos.

**d. Almoxxarifado**  
Os materiais em estoque nos almoxxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

**e. Investimentos**  
As participações societárias em outras empresas, além de outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

**f. Imobilizado**  
Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nos itens 4 e 11 da Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Custos Indiretos de Obras em Andamento são apropriados mensalmente às imobilizações em curso, mediante rateio, limitados a 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, atribuíveis às obras em curso. A Companhia revisa a realização dos ativos de longo prazo a serem utilizados no negócio, para fins de cálculo e determinação do grau de deterioração, em base recorrente, ou quando situações ou mudanças nas condições indicarem que o valor contábil de um bem ou grupo de bens não poderá ser recuperado. A deterioração é avaliada com base na projeção dos encargos de depreciação a serem recuperados por meio dos resultados das operações. A baixa do valor contábil dos bens ou grupo de bens é realizada quando apropriado.

A partir do exercício de 2007 a despesa de depreciação será calculada de acordo com as taxas estabelecidas na Resolução Normativa nº 240 da ANEEL, de 5.12.2006.

**g. Empréstimos, Financiamentos e Outras Obrigações**  
Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores aplicáveis, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

**h. Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento**  
Esta rubrica inclui as provisões sobre folha de pagamento de férias, gratificações de férias e encargos sociais sobre férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

**i. Outros Direitos e Obrigações**  
Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

**j. Imposto de Renda e Contribuição Social**  
O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumuladas.

**k. Provisões para Contingências**  
Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

**l. Planos de Benefícios pós Aposentadoria**  
A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 371/2000.

**m. Apreciação do Resultado**  
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

**n. Estimativas**  
A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

**o. Prejuízo por Ação**  
Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

**1.4. Comercialização de Energia**

**Leilões de Energia**

A CESP participou de seis leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo quatro leilões de Compra de Energia proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes e dois leilões de Compra de Energia proveniente de Novos Empreendimentos.

A CESP vendeu 2.288 MW médios de Energia Existente e 230 MW médios de Energia Nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,40	94,91

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida (MWm)	Preço CESP (R\$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	114,83

Os preços obtidos no 1º Leilão (Produtos 2005 e 2006) são atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras junto à ANEEL (Nota 25.2).

(\*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

**2. OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS**

Em 28 de julho de 2006, ocorreu o aporte de recursos de R\$ 1,2 bilhões por parte do Governo do Estado de São Paulo, decorrente da liquidação financeira da alienação do controle acionário da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, em leilão realizado em 28 de junho de 2006. Adicionalmente, através da oferta pública de ações, a Companhia obteve recursos no valor de R\$ 2 bilhões, o que resultou no aumento total de seu capital no valor de R\$ 3,2 bilhões. Com os recursos foram quitadas diversas dívidas (Nota 34).

Desta maneira, em 31 de dezembro de 2006, o Passivo Circulante de R\$ 2.372 milhões superou o Ativo Circulante de R\$ 1.049 milhões em R\$ 1.323 milhões, reduzindo a relação de 4,7 vezes em 31 de dezembro de 2005 para 2,3 vezes em 31 de dezembro de 2006. Considere-se que no ativo circulante e não circulante incluem o total de R\$ 254 milhões referente a parcelas de juros já pagos e vencidos até dezembro de 2009 sobre o contrato BNDES/Brady (Nota 10 e 16.2(2)).

**3. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	2006	2005
<b>Numerário Disponível</b>		
Depósitos bancários à vista (a)	201.728	25.530
<b>Aplicações Financeiras</b>		
Banco Nossa Caixa S.A. - SIAFEM	Fundo 88.535	-
Banco Nossa Caixa S.A.	CDB/CDI 37.943	21.962
Banco Bradesco S.A.	CDB/CDI 360	327
Banco ABN AMRO Real S.A.	CDB/CDI 6	6
	126.844	22.295
	328.572	47.825

(a) Este saldo inclui recursos de R\$ 181 milhões relativos à compra de moeda estrangeira (euros) em dezembro de 2006, destinados à opção de resgate antecipado (call) exercido pela CESP (principal e juros), referente às Notas de Médio Prazo da Série 4 (ISIN nº XSO175440394), cujo pagamento ocorreu em 26 e 27 de fevereiro de 2007.

**4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES**

	2006		2005	
	Vencidos	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Total
<b>Consumidores</b>				
Industrial	43.968	-	43.968	35.197
Comercial	385	-	385	195
Serviços públicos	13.132	19.050	32.182	30.300
	57.485	19.050	76.535	65.692
<b>Revendedores</b>				
Contratos Iniciais	-	-	-	98.632
Contratos de Compra de Energia	8.054	-	8.054	-
Agentes Comercializadores	47.501	-	47.501	21.886
Leilões de Energia	135.955	-	135.955	48.867
	191.510	-	191.510	169.385
	248.995	19.050	268.045	235.077

A Companhia mantém registrada Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 19.050 (em 2006 e 2005), para cobrir prováveis riscos na realização de saldos de consumidores, além de R\$ 5.908 relacionados a outros recebíveis, que não são consumidores ou revendedores de energia, registrados como Outros Créditos (Nota 11(a)).

**5. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE/RTE E CCEE**

O Acordo Geral do Setor Elétrico foi instituído por ocasião do período do racionamento, implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, inclusive a região Sudeste onde se encontra a CESP, no qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses Geradores Livres foi baseada nos preços praticados pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE (atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à Energia Assegurada de cada um, sendo que à época a CESP respondia por cerca de 12% da Energia Assegurada do país.

O saldo a receber de R\$ 353.084 referente a estes créditos (ativo) está sendo recuperado através da "Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE" das distribuidoras, com prazo médio de 55 meses (contados desde dezembro de 2001), e repasse em parcelas mensais.

A Companhia atualiza os saldos com cada distribuidora, conforme orientação do Ofício Circular ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005, complementado pelo Ofício Circular ANEEL nº 74, de 23 de janeiro de 2006, os quais definiram que sobre o montante financiado pelo BNDES, que corresponde a 70,24% dos valores homologados pela ANEEL, deve incidir a Selic pela taxa simples capitalizada mensalmente, mais 1% a.a., e sobre os 29,76% não financiados, incide apenas a remuneração pela taxa Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Com os recursos repassados, a CESP amortizou parcelas dos contratos firmados com o BNDES (Nota 17(c)) e, com os recursos provenientes do aumento de capital (Nota 1), quitou antecipadamente em 14 de agosto de 2006 os contratos de financiamento deste recebível.

Composição dos saldos a receber atualizados até 31 de dezembro de 2006:

Distribuidoras	Saldos	Distribuidoras	Saldos
AMPLA	14.558	CNEE	39
BANDEIRANTE	14.798	COELBA	16.953
BRAGANTINA	101	COELCE	10.773
CAIUA	2.106	COSERN	6.430
CATAGUAZES	145	CPFL	29.261
CEB	6.194	CSPE	559
CELB	1.099	ELEKTRO	4.176
CELG	5.799	ELETRONORTE	39.992
CELPA	4.068	ELETPAULO	42.843
CELPE	11.601	ENERGIEP	1.452
CELTINS	97	ENERSUL	3.560
CEMAR	21	ESCELSA	11.588
CEMAT	1.460	JAGUARI	121
CEMIG	59.358	LIGHT	42.476
CENF	164	PIRATININGA	9.919
CEPISA	3.923	SAELPA	3.320
CESP - D	2.507	VALE	104
CHESF	1.719		
		<b>TOTAL</b>	<b>353.084</b>

A CESP com base em projeções internas, constituiu provisão de R\$ 150.091 em contrapartida do resultado (R\$ 109.587 no circulante e R\$ 40.504 não circulante) para fazer frente às parcelas com expectativa de não realização no prazo estabelecido pela ANEEL, e buscará seus direitos legais para o efetivo recebimento desses créditos junto à Agência Reguladora e o Ministério de Minas e Energia, baseada na legislação que estabeleceu o Acordo Geral do Setor Elétrico.

**5.1. Energia de Curto Prazo - CCEE**

Representa as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema, com saldo em 31.12.2006, de R\$ 42.905.

Durante o exercício, a Companhia registrou (apropriou) o montante de R\$ 128.626 referente a energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE e despesas de energia no valor de R\$ 2.367, decorrente da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país (Notas 25.3 e 25.4).

**6. VALORES A RECEBER**

Devedor	Objeto	2006		2005	
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
EMURB	- Processo 413/90	25.416	38.123	63.539	68.698
DAEE	- Cessão de Créditos	13.384	7.808	21.192	-
		<b>38.800</b>	<b>45.931</b>	<b>84.731</b>	<b>68.698</b>

**6.1. EMURB**  
Refere-se a saldo de acordo firmado em 10 de janeiro de 2003, com a Empresa Metropolitana de Urbanização - EMURB, para recebimento em 8 parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA e juros de 6% a.a., com vencimento final 10 de janeiro de 2011, decorrente de ação de indenização por desapropriação.

**6.2. DAEE**  
Contrato firmado em 21 de julho de 2006, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente a cessão de créditos para quitação de dívida de contrato entre a CESP e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, com vencimento para 21 de julho de 2008.

**7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSAVEIS**

	2006	2005
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda (a)	4.223	1.045
Contribuição social (b)	665	371
Crédito de ICMS de terceiros	144	-
ICMS si aquisições do imobilizado (c)	227	2.100
COFINS a compensar (d)	4.585	1.225
PIS a compensar (d)	923	183
	10.767	4.924
(a) Saldo de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC.		
(b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC.		
(c) Refere-se a créditos de ICMS sobre aquisições de materiais e equipamentos aplicados no ativo permanente da Companhia, que vêm sendo compensados com recolhimentos mensais à razão de 1/48, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme Lei Estadual nº 10.699, de 19 de dezembro de 2000.		
(d) Refere-se a créditos de COFINS e PIS decorrentes de retenções na fonte e recolhimentos a maior. Com esses créditos, a Companhia vem compensando débitos de COFINS e PIS vencidos.		
<b>8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS</b>		
<b>Não Circulante</b>		
<b>Depósitos Judiciais</b>		
Ações cíveis (a)	14.279	13.558
Ações trabalhistas (a)	14.192	15.138
Ações tributárias (a)	3.463	4.450
	31.934	33.146
<b>Cauções</b>		
Caução em quotas subordinadas - FIDC (b)	103.126	61.706
	135.060	94.852
(a) Referem-se a diversos depósitos iniciais ou recursais para garantia em algumas ações judiciais (Nota 21).		
(b) Refere-se a créditos caucionados equivalentes a 75, 100 e 100 quotas pertencentes à CESP vinculadas aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC I, II e III (Nota 18), respectivamente, que só poderão ser resgatadas no vencimento das últimas parcelas, concomitantemente à liquidação de cada fundo, em dezembro de 2009, outubro e agosto de 2010.		

continua →







→ continuação



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta  
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE  
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b.3) Ações de Pescadores**

Existem ações em curso contra a CESP, tentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2006, era de R\$ 146,1 milhões. A CESP não registrou provisão para fazer frente a eventuais indenizações, considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial e experiências anteriores.

**b.4) Ações de Oleiros Ceramistas**

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 141 ações envolvendo o valor de R\$ 177,1 milhões para 31 de dezembro de 2006. Os pedidos formulados são diversos destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade oleiro ceramista. Este prazo foi o referencial para a CESP promover o estoque de argila necessário. Nestes casos a CESP tem obtido êxito e os processos estão classificados como perspectiva possível, não tendo sido registrada provisão.

**c) Ações de Desapropriações/Indenizações**

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cidadãs da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP. Em 31 de dezembro de 2006, o valor da pretensão dos reclamantes correspondente às diversas ações (inclusive CESP) era de aproximadamente R\$ 594,1 milhões. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 134 milhões para as obrigações referentes às empresas cidadãs e de R\$ 151 milhões para as ações de desapropriações e/ou indenizações envolvendo suas usinas, que correspondem à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia (incluindo R\$ 120 milhões - item b.2).

**d) Litígios Tributários**

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias, as quais discutem a constitucionalidade da cobrança (i) da contribuição à Reserva Global de Reversão ("RGR"), (ii) da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do (iii) Salário Educação, além do recolhimento de impostos sobre a propriedade (i) predial e territorial urbana (IPTU) e (ii) rural (ITR), sendo a principal:

**RGR**

Ação proposta pelo SIEESP - Sindicato da Indústria de Energia Elétrica, representando a CESP e outras concessionárias de energia elétrica, contra a União e a Eletrobrás, visando a declaração de inconstitucionalidade da cobrança da RGR. Em sentença de primeira instância, o feito foi extinto sem julgamento de mérito (ilegitimidade do SIEESP) e condenação em 10% de honorários sobre o valor da causa.

Quanto ao valor da causa, a União e a Eletrobrás apresentaram impugnações, as quais foram acolhidas, sendo que o SIEESP interpôs agravos de instrumento ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, buscando a reforma das decisões, ainda pendentes de julgamento.

**e) Litígios Ambientais**

A CESP responde por 30 ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, de proteção de encostas e indenização por perdas econômicas. Por se tratar de ações envolvendo danos ao meio ambiente, os valores envolvidos só serão apurados em liquidação de sentença.

Existe, ainda, uma ação cível pública promovida pela Colônia de Pescadores Profissionais, em curso na Comarca de Dourados, pleiteando indenização de danos à ictiofauna em razão do enchimento do reservatório de Porto Primavera. O valor envolvido nesta ação era de aproximadamente R\$ 21,4 milhões em 31 de dezembro de 2006. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão, por entender que o risco de perda nesta ação é remoto.

**22. OUTROS - PASSIVO**

	2006	2005
<b>Circulante</b>		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	23.273	23.273
Fundação CESP (b)	14.579	13.794
P & D - Projetos 1º e 2º Ciclos	23.527	9.609
Passivo Regulatório (c)	28.160	-
Adiantamento de Clientes - Supridores	-	6.205
Outros	2.629	1.734
	92.168	54.615
<b>Não Circulante</b>		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	122.399	145.672
	214.567	200.287

- (a) Refere-se a contratos firmados com consumidores livres em 2005, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.
- (b) Refere-se a saldo de prestação de contas com a Entidade de Previdência e inclui principalmente contingência previdenciária junto ao INSS, com perspectiva de perda possível.
- (c) Saldo de Passivo Regulatório e Ressarcimento de Tarifa, decorrente da majoração das alíquotas de PIS e COFINS, em 2003 e 2004, respectivamente. Face à edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, artigo 109, e por determinação da ANEEL através de resoluções, estes valores estão sendo devolvidos em 12 parcelas às distribuidoras.

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

**23.1. Capital Social**

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.557 mil ações ordinárias, 8.119.547 mil ações preferenciais classe A e 210.215.567 mil ações preferenciais classe B. O capital social autorizado da CESP, conforme Estatuto Social aprovado em AGE de 8 de abril de 2005 é de até R\$ 8.000.000.

Os principais acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2006 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em milhares					
	Ordinárias	%	Prefe- renciais Classe A	%	Prefe- renciais Classe B	Total
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>						
Fazenda do Estado de São Paulo	102.268.326	93,68	-	-	7.022.136	3,34
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ	1.761.684	1,61	-	-	17.005.713	8,09
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	6.691	0,01	-	-	-	6.691
Companhia Paulista de Parcerias - CPP	-	-	-	-	13.793.103	6,56
Outros	2.087	-	-	-	-	2.087
	104.038.788	95,30	-	-	37.820.952	17,99
						141.859.740
<b>Outros</b>						
Banco Santander Banespa S.A.	973.479	0,89	-	-	29.229.345	13,91
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.634	0,04	6.664.527	82,08	-	6.702.161
BNDES Participações S.A.	-	-	-	-	9.804.196	4,66
- BNDESPAR	-	-	-	-	9.804.196	4,66
The Bank of New York	-	-	-	-	-	131.328
- ADR Department	3.000	-	128.328	1,58	-	131.328
Capital Group International INC	-	-	-	-	10.760.300	5,12
Banco Opportunity	149.962	0,14	-	-	29.263.420	13,92
Fazenda do Estado de Mato Grosso	4.384	-	-	-	-	4.384
Fazenda do Estado de Goiás	73	-	-	-	-	73
Pessoas Físicas	2.122.103	1,94	1.191.607	14,68	4.749.099	2,26
Outras Pessoas Jurídicas	1.831.402	1,68	104.195	1,28	88.588.255	42,14
Outros	6.732	0,01	30.890	0,38	-	37.622
	109.167.557	100,00	8.119.547	100,00	210.215.567	100,00
<b>Total em R\$ Mil</b>	<b>1.991.811</b>		<b>148.145</b>		<b>3.835.477</b>	<b>5.975.433</b>

**23.2. Direitos das Ações**

As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- (I) a prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- (II) dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- (III) direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- (IV) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B; e
- (V) não terão direito a voto e serão irresgatáveis.
- As ações preferenciais classe A é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.
- As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:
- (I) direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- (II) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos deste Estatuto Social;
- (III) direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- (IV) direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- (V) não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- (VI) serão irresgatáveis.

Cada ação ordinária nominativa tem direito a (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (i) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (ii) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.

**23.3. Reservas**

	2006	2005
<b>Reservas de Capital</b>		
Ágio na Subscrição de Ações	10.373	10.373
Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	34.297	34.297
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio (a)	4.937.750	4.937.750
Doações e Subvenções para Investimentos	29.106	429.396
Subvenções para Investimentos - CRC	429.396	101.197
Incentivos Fiscais - FINAM/FINOR	101.197	5.542.119
	5.542.119	5.542.119

**(a) Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio**

Refere-se a créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

**24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia participa de uma série de transações com partes relacionadas, das quais destacamos as principais:

ATIVO	BANCO NOSSA CAIXA S.A.		SECRETARIA DA FAZENDA		ELETROBRÁS		FUNDAÇÃO CESP	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>CIRCULANTE</b>								
Aplicações Financeiras	126.478	21.962	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos (Nota 11(a))	-	-	3.532	3.023	-	-	-	-
	126.478	21.962	3.532	3.023	-	-	-	-
<b>PASSIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	10.499	16.744	-	-
Valores a Pagar	-	-	-	-	32.012	28.571	-	-
Entidade de Previdência a Empregados	-	-	-	-	-	-	37.123	44.129
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	61.819	66.626	-	-
Valores a Pagar	-	-	-	-	176.561	186.248	-	-
Entidade de Previdência a Empregados	-	-	-	-	-	-	368.132	558.615
	-	-	-	-	280.891	298.189	405.255	602.744

As condições e a natureza das operações acima apresentadas estão descritas nas Notas 3, 11, 16, 17 e 19.

**24.1. Efeito no Resultado**

	2006	2005
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Aplicações Financeiras	36.874	1.081
Outros Créditos	509	370
	37.383	1.451
<b>ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS/CAMBIAIS</b>		
Empréstimos e Financiamentos	(5.478)	(4.578)
Valores a Pagar	(28.828)	(23.539)
	(34.306)	(28.117)
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Entidade de Previdência a Empregados	2.707	(29.946)
	5.784	(56.612)

**24.2. Gestão Compartilhada CESP/EMAE**

Por decisão dos Conselhos de Administração da CESP e da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (empresa também controlada pelo governo do Estado de São Paulo), desde dezembro de 2002, as duas empresas passaram a ser geridas por Diretoria única. As áreas gerenciais passaram a atuar de forma coordenada e as áreas operacionais passaram a atuar de forma integrada, mediante acordos técnico-operacionais assinados entre as partes. Os Acordos prevêm adequada segregação de custos contábeis e orçamentários, além dos correspondentes reembolsos de gastos, se incorridos de uma empresa para a outra.

**25. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA**

**25.1. Contratos de Compra e Venda de Energia**

Conforme Decreto nº 5.163, de 30 de junho de 2004, e condições estabelecidas pela Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005, as concessionárias de distribuição, com mercado inferior a 500 GWh/ano poderão optar pela continuidade da aquisição de energia elétrica do atual agente supridor, para atendimento total ou parcial de seu mercado, através dos Contratos de Compra e Venda de Energia - CCEEs, além dos contratos de conexão e de uso.

Neste segmento, a CESP possui contratos com quatro distribuidoras, contendo cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que será aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Tarifas de Energia		(% de Reajuste)
		2005 (*)	2006	
Jaguari		85,10	68,15	3,34
CSPE	Fevereiro	88,23	65,70	3,30
CPPE		95,99	65,56	3,26
Mococa		102,47	93,09	3,35

(\*) Em 2005 as tarifas refletiam os valores dos Contratos Iniciais, já encerrados.

**25.2. Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços**

A CESP iniciou em 2005, o atendimento dos contratos com 35 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência do leilão realizado em 7 de dezembro de 2004 (Nota 1.4).

Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Produto		(% de Reajuste)
		2005-2012	2006-2013	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	66,02	72,69	6,31
Ampla	Março	66,29	72,98	6,75
Enersul, Cemart, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	66,58	73,30	7,21
Nacional, Caiuá, Vale Parapanema e Braganantina	Maio	66,72	73,45	7,43
Cataguazes e Copel	Junho	66,78	73,53	7,54
Celinsul e Eletropaulo	Julho	66,64	73,37	7,31
Celce, Celpe, Escelsa-D, Celb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemart e Saelpa	Agosto	66,77	73,51	7,52
Celg	Setembro	66,80	73,55	7,58
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	66,94	73,70	7,80
Light	Novembro	67,16	73,94	8,15

**25.3. Energia Vendida**

	MWh (*)		R\$ Mil	
	2006	2005	2006	2005
<b>Fornecimento (1)</b>				
Industrial	6.012.709	5.677.899	476.797	400.396
Comercial	35.805	24.369	2.949	1.958
Serviço Público	1.716.270	1.561.732	131.140	97.874
	7.764.784	7.264.000	610.886	500.228
Recomposição Tarifária (2)	-	-	(1.876)	(10.784)
	7.764.784	7.264.000	609.010	489.444
<b>Suprimento</b>				
<b>Contratos</b>				
Contratos Iniciais/ajustes	(36.402)	8.686.613	(16.708)	732.027
Agentes Comercializadores (3)	7.529.749	6.090.963	470.613	225.028
Contratos de Compra de Energia - CCE's (4)	1.046.248	-	75.047	-
	8.539.595	14.777.576	529.152	957.055
<b>Leilões de Energia (4)</b>				
<b>Produto 1 CCEAR 2005-2012</b>				
ELETROPOL	758.112	909.338	48.799	56.470
COPEL D	692.964	744.500	44.660	46.233
COELBA	616.276	616.376	40.147	38.277
LIGHT	466.337	446.388	29.406	27.721
ELEKTRO	416.422	405.089	25.572	25.156
CEMIG D	393.952	410.367	25.777	25.484
CELPA	357.519	339.798	22.918	21.101
CEMAR	264.971	259.772	16.919	16.132
CELG	256.			





→ continuação



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta  
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE  
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ

## INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO I DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Valores em milhares de reais)			ANEXO II DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Valores em milhares de reais)		
	2006	2005		2006	2005
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>			<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Prejuízo do exercício .....	(118.365)	(195.761)	Receitas operacionais .....	2.398.136	2.102.979
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			Provisão/reversão p/ créditos de liquidação duvidosa .....	650	(776)
Depreciação .....	480.657	478.941	Despesas não operacionais (exceto COFINS/PIS) .....	(69.802)	(63.487)
Juros, variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos .....	324.321	(322.226)		<u>2.328.984</u>	<u>2.038.716</u>
Baixas de investimentos por alienação .....	7.396	-	<b>Menos:</b>		
Baixas do ativo imobilizado .....	2.369	6.140	<b>Insumos</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo (realização) apropriação .....	(158.751)	102.966	Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema .....	313.186	216.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo - realização .....	39.693	-	Energia de curto prazo .....	2.367	59.939
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP .....	(109.838)	(97.568)	Serviços de terceiros .....	44.213	37.437
Obrigações fiscais - COFINS .....	23.210	27.914	Materiais .....	7.379	6.633
Provisão p/perda de ativos de longo prazo .....	16.818	122.559	Outros custos operacionais .....	26.357	43.271
Provisão p/contingências .....	11.951	-		<u>393.502</u>	<u>363.969</u>
Taxas regulamentares - RGR .....	12.151	16.224	<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b> .....	<u>1.935.482</u>	<u>1.674.747</u>
(Reversão)/Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa .....	(650)	776	<b>Retenções</b>		
Outras .....	1.554	1.083	Depreciação .....	480.657	478.941
	<u>532.516</u>	<u>141.048</u>	<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b> .....	<u>1.454.825</u>	<u>1.195.806</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>			<b>TRANSFERÊNCIAS</b>		
Contas a receber de consumidores e revendedores .....	(32.968)	28.072	Receitas financeiras .....	145.288	120.283
Valores a receber - Energia livre/RTE/CCEE .....	94.753	118.972	Variações cambiais líquidas (positivas) .....	336.184	775.891
Valores a receber .....	(9.918)	1.403	Ativo/passivo regulatório - COFINS/PIS .....	(30.650)	35.915
Tributos e contribuições sociais compensáveis .....	(5.843)	1.734	Provisão p/realização de créditos .....	(58.003)	(122.559)
Cauções e depósitos vinculados .....	(40.208)	(19.181)	Superávit Técnico Atuarial - Fundação CESP .....	109.838	97.568
Almoxarifado .....	2.082	(1.653)	Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) .....	158.751	(102.966)
Outros créditos .....	948	949	<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b> .....	<u>2.116.233</u>	<u>1.999.938</u>
Despesas pagas antecipadamente .....	(235.293)	112.899	<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Fornecedores .....	(24.422)	47.706	<b>Pessoal:</b>		
Supridores de energia elétrica .....	(2.582)	17.137	Remuneração do trabalho (não inclui INSS) .....	110.905	93.147
Tributos e contribuições sociais .....	16.646	(15.312)	Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano .....	6.552	6.663
Tributos e contribuições sociais - REFIS .....	(27.248)	(15.312)	Entidade de previdência a empregados - Contrato (Nota 19) .....	107.131	127.514
Entidade de previdência a empregados .....	(29.341)	(8.931)		<u>224.588</u>	<u>227.324</u>
Taxas regulamentares .....	9.826	10.414	<b>Financiadores e alugueis:</b>		
Pagamento de contingências .....	(28.668)	58.431	Juros e encargos de dívidas .....	843.962	829.360
Obrigações estimadas/folha de pagamento .....	3.727	982	Variações monetárias .....	498.100	635.819
Pagamento de juros .....	(1.241.057)	(341.639)	Arrendamentos e alugueis .....	3.847	3.206
Outros passivos .....	14.280	164.455		<u>1.345.909</u>	<u>1.468.385</u>
	(1.535.286)	161.126	<b>Intra-setoriais - Encargos regulamentares:</b>		
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b> .....	<u>(1.002.770)</u>	<u>302.174</u>	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos .....	161.972	134.739
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos:</b>			Reserva global de reversão - RGR e CCC .....	69.240	57.985
No imobilizado .....	(235.135)	(240.089)	Taxa de fiscalização - ANEEL .....	7.768	9.439
<b>Diminuição de caixa originado das atividades de investimentos</b> .....	<u>(235.135)</u>	<u>(240.089)</u>		<u>238.980</u>	<u>202.163</u>
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamento:</b>			<b>Governos:</b>		
Subscrição e integralização de capital - acionistas minoritários .....	3.200.000	35.374	INSS .....	24.593	20.115
Empréstimos e financiamentos captados .....	2.900.078	2.684.941	COFINS/PIS .....	148.202	180.068
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal) .....	(4.581.426)	(2.957.867)	Imposto de renda .....	97.061	-
<b>Aumento/(diminuição) de caixa originado das atividades de financiamento</b> .....	<u>1.518.652</u>	<u>(237.552)</u>	Contribuição social .....	36.624	-
<b>Aumento/(diminuição) de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata</b> .....	<u>280.747</u>	<u>(175.467)</u>	CPMF .....	28.571	22.642
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício .....	47.825	223.292	ICMS/ISS .....	90.070	75.002
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício .....	328.572	47.825		<u>425.121</u>	<u>297.827</u>
<b>Movimentação líquida de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata</b> .....	<u>280.747</u>	<u>(175.467)</u>	Prejuízo do exercício .....	(118.365)	(195.761)
			<b>TOTAL</b> .....	<u>2.116.233</u>	<u>1.999.938</u>

**ANEXO III  
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE  
(Valores em milhares de reais)**

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2006	2005		2006	2005
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades .....	328.572	49.656	Fornecedores .....	63.992	91.800
Consumidores .....	76.535	68.208	Supridores de energia elétrica/Encargos de uso da rede elétrica .....	50.486	55.100
Revendedores .....	191.510	175.872	Tributos e contribuições sociais .....	62.087	46.387
Valores a receber - Energia livre/RTE e CCEE .....	232.603	250.176	Tributos e contribuições sociais - REFIS .....	33.613	27.084
Valores a receber .....	38.800	26.915	Encargos de dívidas .....	122.220	118.269
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	(24.958)	(26.589)	Empréstimos e financiamentos .....	1.227.948	1.843.645
Tributos e contribuições compensáveis .....	10.767	5.113	Valores a pagar .....	32.012	114.967
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	50.157	-	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC .....	452.624	354.361
Almoxarifado .....	13.435	16.111	Entidade de previdência a empregados .....	37.123	45.819
Despesas pagas antecipadamente .....	93.280	23.316	Taxas regulamentares .....	75.568	51.414
Outros créditos .....	38.423	37.512	Obrigações estimadas e folha de pagamento .....	17.503	14.304
	<u>1.049.124</u>	<u>626.290</u>	Provisão para contingências .....	104.439	136.530
			Outros .....	92.168	56.705
				<u>2.371.783</u>	<u>2.956.385</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Valores a receber - Energia livre/RTE .....	13.294	103.519	Empréstimos e financiamentos .....	3.826.714	6.227.168
Valores a receber .....	45.931	47.553	Valores a pagar .....	176.561	292.900
Cauções e depósitos vinculados .....	135.060	98.484	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC .....	1.163.617	1.092.319
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	686.570	806.153	Entidade de previdência a empregados .....	497.013	580.007
Despesas pagas antecipadamente .....	164.469	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	542.980	728.604
Outros créditos .....	3.211	21.024	Tributos e contribuições sociais .....	8.420.431	8.407.171
	<u>1.048.535</u>	<u>1.076.733</u>	Tributos e contribuições sociais - REFIS .....	173.189	206.628
			Taxas regulamentares .....	12.151	16.845
			Provisão para contingências .....	284.817	284.989
			Outras obrigações .....	43.465	43.465
			Outros .....	122.399	151.280
				<u>15.263.337</u>	<u>18.031.376</u>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos .....	126.624	139.152	Capital social .....	11.138.206	7.867.629
Imobilizado .....	41.239.324	42.157.127	Reservas de capital .....	14.059.529	14.057.315
	<u>41.365.948</u>	<u>42.296.279</u>	Reservas de lucros .....	1.877.418	1.877.418
	<u>42.414.483</u>	<u>43.373.012</u>	Prejuízos acumulados .....	(1.246.666)	(790.821)
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....	<u>43.463.607</u>	<u>43.999.302</u>		<u>25.828.487</u>	<u>23.011.541</u>
			<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<u>43.463.607</u>	<u>43.999.302</u>

→ continua

→ continuação



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta  
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE  
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ

## INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE (Valores em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Valores em milhares de reais, expressos em moeda de dezembro de 2006)	
	2006	2005	
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			<b>1. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>
Fornecimento de energia .....	618.448	507.340	Além das práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriormente descritas, as seguintes práticas foram adotadas na preparação das demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante:
Suprimento de energia - Contratos .....	525.331	986.149	<b>1.1. Atualizações monetárias</b> - as atualizações monetárias foram procedidas com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M;
Suprimento de energia de leilões .....	1.157.161	447.817	<b>1.2. Perdas/ganhos nos itens monetários</b> - na apuração das perdas e ganhos nos itens monetários optou-se pela utilização do critério misto. As receitas e despesas refletem valores nominais, corrigidos monetariamente até a data do balanço, ajustados pelas perdas e ganhos com ativos e passivos correspondentes. As perdas e os ganhos sem vinculação específica estão alocados em Outras Despesas Operacionais;
Energia de curto prazo - CCEE .....	131.350	234.967	<b>1.3. Balanço patrimonial</b> - o ativo permanente, as outras obrigações - reversão/amortização e o patrimônio líquido foram atualizados de acordo com o critério descrito no item 1.1 acima. As demais contas do balanço patrimonial foram mantidas pelos seus montantes originais, por estarem de acordo com o poder aquisitivo da moeda em 31 de dezembro de 2006. O saldo da conta "almoxarifado" não foi atualizado monetariamente, e os saldos de contas a receber e a pagar pré-fixados não foram ajustados a valor presente, tendo em vista a imaterialidade do efeito líquido desses procedimentos;
Outras receitas .....	854	725	<b>1.4. Demonstração do resultado</b> - seus componentes estão atualizados para a moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2006;
	<u>2.433.144</u>	<u>2.176.998</u>	<b>1.5. Provisão para imposto de renda e contribuição social</b> - os efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre os acréscimos patrimoniais encontram-se refletidos nas demonstrações financeiras. Os créditos fiscais relacionados aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, disponíveis para compensação com lucros tributáveis futuros, estão reconhecidos nas demonstrações financeiras, em moeda de poder aquisitivo constante;
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>			<b>1.6. Demonstrações financeiras e notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005</b> - os saldos e informações referentes a 2005 foram atualizados para moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2006, de acordo com o critério descrito no item 1.1 acima.
Quota para a reserva global de reversão - RGR .....	(70.537)	(46.248)	<b>2. CONCILIAÇÃO DOS SALDOS PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE</b>
ICMS s/fornecimento de energia .....	(92.163)	(77.925)	
COFINS s/receitas operacionais .....	(176.368)	(153.328)	
PIS s/receitas operacionais .....	(38.287)	(33.270)	
COFINS/PIS - Lei nº 11.196/05 .....	63.965	-	
Ativo/passivo regulatório - COFINS/PIS .....	(31.695)	37.305	
	<u>(345.085)</u>	<u>(273.466)</u>	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b> .....	<u>2.088.059</u>	<u>1.903.532</u>	
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal .....	(144.776)	(124.434)	
Material .....	(8.106)	(7.060)	
Serviços de terceiros .....	(44.778)	(38.753)	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos .....	(165.867)	(140.028)	
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC .....	-	(13.996)	
Energia de curto prazo - CCEE .....	(890)	(61.892)	
Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema .....	(259.172)	(183.510)	
Encargos de uso da rede elétrica .....	(61.407)	(41.444)	
Depreciação .....	(1.134.428)	(1.135.553)	
Provisões operacionais .....	(78.403)	(165.482)	
Taxa de fiscalização - ANEEL .....	(7.793)	(9.800)	
Outras despesas .....	(10.624)	(9.959)	
	<u>(1.916.248)</u>	<u>(1.931.907)</u>	
	<u>171.813</u>	<u>(28.375)</u>	
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b> .....			
<b>Entidade de Previdência a Empregados</b>			
Juros e variações monetárias - contrato Fundação CESP .....	(107.985)	(142.503)	
Superávit Técnico Atuarial - Fundação CESP .....	110.013	101.295	
	2.028	(41.208)	
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>			
Receitas .....	113.802	117.710	
Despesas			
Encargos de dívidas .....	(651.274)	(731.701)	
Outras .....	(211.623)	(146.915)	
Variações monetárias e cambiais líquidas .....	476.392	388.645	
	<u>(386.505)</u>	<u>(489.971)</u>	
	<u>(272.703)</u>	<u>(372.261)</u>	
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b> .....	<u>(98.862)</u>	<u>(441.844)</u>	
<b>DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b> .....	<u>(77.590)</u>	<u>(105.977)</u>	
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<u>(176.452)</u>	<u>(547.821)</u>	
Imposto de renda .....	(89.626)	-	
Contribuição social .....	(33.947)	-	
Imposto de renda diferido .....	119.146	63.507	
Contribuição social diferida .....	42.889	32.642	
<b>TOTAL DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....	<u>38.462</u>	<u>96.149</u>	
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b> .....	<u>(137.990)</u>	<u>(451.672)</u>	
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R\$ .....	<u>(0,42)</u>	<u>(4,23)</u>	

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
**CESP - Companhia Energética de São Paulo**  
São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da **CESP - Companhia Energética de São Paulo**, levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CESP - Companhia Energética de São Paulo** em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As informações suplementares contidas nos Anexos I, II e III, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado e às demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia, nos termos das normas vigentes, contabilizou as transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE (atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), as quais se encontram registradas pelos valores originais, em 31 de dezembro de 2006, no ativo circulante por R\$232.603 mil (R\$240.949 mil em 2005), no ativo realizável a longo prazo por R\$13.294 mil (R\$99.701 mil em 2005) e no passivo circulante por R\$22.301 mil em 31 de dezembro de 2005. Essa contabilização tomou por base cálculos elaborados e divulgados pelo MAE e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. No entanto, referidos montantes poderão sofrer modificações em virtude de decisões judiciais de processos em andamento, movidos por empresas do setor e decorrentes de interpretação das regras do mercado, cujo desfecho, não previsível nas circunstâncias, afetará todos os agentes do setor.

6. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso parecer, emitido em 08 de março de 2006, continha dois parágrafos de ênfase - um similar ao parágrafo 5 anterior e outro relacionado à situação patrimonial e financeira da Companhia, cujo passivo circulante excedia seu ativo circulante e pelo montante de seu endividamento. A Administração implementou determinadas ações em julho e agosto de 2006 e continua a implementar outras ações a partir de 2007, conforme comentado nas notas explicativas nº 1, nº 2, nº 16.3 e nº 34, que resultaram no aumento de capital da Companhia no montante de R\$3.200.000 mil e a colocação de notas no mercado internacional no montante aproximado de R\$1.112.000 mil com o objetivo de capitalizar a Companhia e de melhorar o perfil da dívida de curto prazo, incluindo a liquidação de parte do endividamento.

São Paulo, 09 de março de 2007

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE <b>DILMA SELI PENA</b>	
VICE-PRESIDENTE <b>ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO</b>	
CONSELHEIROS	
<b>ANDREA SANDRO CALABI</b>	<b>ANTONIO MARDEVÂNIO GONÇALVES DA ROCHA</b>
<b>CARLOS PEDRO JENS</b>	<b>FERNANDO CARVALHO BRAGA</b>
<b>FRANCISCO VIDAL LUNA</b>	<b>GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO</b>
<b>MAURO RICARDO MACHADO COSTA</b>	<b>NELSON VIEIRA BARREIRA</b>
<b>ROGÉRIO DA SILVA</b>	<b>SIMÃO JATENE</b>
<b>SOLANGE PAIVA VIEIRA</b>	

## DIRETORIA

<b>GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO</b> PRESIDENTE	
<b>VICENTE K. OKAZAKI</b> DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	<b>HILTON PAULO DA SILVA</b> DIRETOR ADMINISTRATIVO
<b>SILVIO ROBERTO ARECO GOMES</b> DIRETOR DE GERAÇÃO OESTE	<b>ANTONIO BOLOGNESI</b> DIRETOR DE GERAÇÃO LESTE
<b>IRAMIR BARBA PACHECO</b> DIRETOR DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	
<b>IVO ANTONIO FUCHS</b> GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE CONTADOR - CRC-1PR028765/O-2-TSP	

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os itens I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 20 de março de 2007

Amâncio Acursio Gouveia

Atilio Gerson Bertoldi

Antonio Carlos Figueiredo

Pedro de Carvalho

Raimundo F. Alencar de Melo

